



Relato Policial

A PLATAFORMA DO MODELO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA DE EL SALVADOR

Olga Alfaro de Pinto*

Consiste em estabelecer um modelo de polícia comunitária em El Salvador, com base em estudos de outros modelos de sucesso no mundo, o processo está sendo desenvolvido pela Secretaria de Relações com a Comunidade da qual sou atualmente chefe.

Meta alcançada até a data: o compromisso e aceitação do diretor da Polícia Nacional Civil para que seja elaborada a proposta do modelo e a sua execução.

Ameaças: A possibilidade de alguns chefes se oporem ao processo.

Antecedentes:

A PNC nasce como um acordo político dentro do contexto dos Acordos de Paz em 1992. Seu principal ponto forte é o equilíbrio democrático de seus integrantes, originários dos setores imersos no conflito armado em que se privilegiou a participação de uma alta porcentagem de profissionais acadêmicos universitários não vinculados ao conflito de níveis superior, executivo e, em alguma medida, básico.

O Acordo Político para a formação da Polícia Nacional Civil é composto da seguinte forma:

20 % agentes oriundos dos antigos corpos de segurança (polícia, guarda nacional, polícia de 'hacienda' – corpo de segurança fiscal)

20 % de agentes oriundos da guerrilha.

60 % de elementos oriundos do setor civil (profissionais universitários).

Atualmente, a maioria de seus agentes, em diversos níveis, completaram estudos superiores, como por exemplo:

Básico: 60 % aprox. com nível de educação superior, sem título

* *Inspetora da Polícia Nacional Civil, Mestre em Direitos Humanos e doutoranda em projetos de pesquisa e aplicações em Psicologia e Saúde (Universidade de Granada-Espanha).*

Executivo: 99 % aprox. com nível superior (bacharel)

Superior: 70 % aprox. com nível superior (bacharel)

É importante mencionar que como qualquer polícia do mundo os recursos são limitados e, no nosso caso, não foi planejada a construção de instalações próprias e a renovação dos recursos.

Ao longo dos 14 anos da criação da Polícia Nacional Civil esta vem sofrendo uma deterioração quanto à qualidade do serviço policial, além de ter sido questionada por diversos atos de corrupção, de faltas leves até gravíssimas (execuções e roubos), e é a sociedade civil, os meios de comunicação, a empresa privada e as instituições vinculadas aos direitos humanos que denunciam tais ações.

De dentro, como é o meu caso, como chefe policial, vemos esta deterioração como consequência de não haver manuais de procedimento definidos, além de uma supervisão inadequada e outras situações do tipo, e nos sentimos impotentes junto a outros chefes policiais diante de tal situação.

No entanto, a raiz desta situação, precisamos iniciar uma reengenharia da Instituição Policial, da qual somos participantes muitos membros da polícia que temos incidência técnica sobre as mudanças a serem realizadas. Duas das grandes linhas consideradas para iniciar são as seguintes:

1.- o processo de elaboração de um manual de polícia comunitária e o modelo de polícia comunitária que estaria sendo colocado em prática durante 2008

2.- um componente essencial é a estratégia de conseguir a mudança de atitude de cada um dos membros da instituição para assimilar o modelo e isto é uma “campanha interna denominada **Resgate da nossa razão de ser**”.

Em síntese a proposta é:

Fortalecer as estratégias da relação entre polícia e comunidade, com estrito respeito aos direitos humanos e à dignidade das pessoas.

Fica sob responsabilidade da Secretaria de Relações com a Comunidade (SRCC) e suas unidades, a administração das políticas, estratégias, planos, programas e modelos de prevenção e participação cidadã, implementados pelas chefaturas das dependências policiais.

Cada Chefe policial deve colaborar e coordenar de forma funcional o trabalho, segundo requerido pela SRCC e suas Unidades.

Cumprir o mandato policial, dedicando-se prioritariamente à resolução dos problemas da comunidade numa relação de parceria, participando da prevenção social da violência e delinquência, impulsionando e/ou acompanhando diversos programas preventivos institucionais, assim como melhorando a qualidade de atenção à cidadania na denúncia e investigação.

Segundo os Acordos de Paz e a Lei Orgânica da Polícia Nacional Civil, fica implícito todo o exposto anteriormente, considerando que se pode avançar para melhorar os serviços policiais em El Salvador.

A resistência a uma Polícia Comunitária é por si um desafio, um desafio em relação aos que comandam a polícia e desafio aos políticos deste país, no entanto, devido às mudanças causadas pela globalização, a situação geográfica deste país, a imigração e a exclusão, que a tornaram violenta e vulnerável, tudo isto contribuiu a que se dê importância a gerar uma mudança institucional, mostrando que a segurança pública é um baluarte para a democracia de qualquer país.

PARTE II - POLÍCIA E POLÍCIA

- Caracteriza a polícia na sua instrumentalidade. Diz respeito à organização, conteúdo, gestão e modalidades do trabalho policial, circunscrevendo a cadeia de comando e controle, comunicação, inteligência e computação (C3IC).
- Reporta-se aos condicionantes políticos, estratégicos, táticos e logísticos para o desenho e o emprego dos recursos policiais.
- Refere-se aos elementos de contorno para a avaliação da polícia em relação aos seus fins e diante de seus meios.



Artigo

BASES CONCEITUAIS DE MÉTRICAS E PADRÕES DE MEDIDA DE DESEMPENHO POLICIAL¹

Profa. Dra. Jacqueline de Oliveira Muniz*

Prof. Dr. Domício Proença Júnior**

I. INTRODUÇÃO

Como medir o que a polícia faz? É necessário tratar a questão de frente. Buscar refúgio nas perspectivas de que a avaliação policial seria um saber iniciático, vedado a quem não tenha a vivência policial, ou que o trabalho da polícia se resume a dar insumos ao sistema de justiça criminal e agências de assistência social, ou a alguma relação entre efetivos policiais e populações policiadas, são bálsamos que anestesiam, mas não dão solução. São insuficientes para avaliar a polícia. Induzem a erros corporativistas, funcionalistas ou empiricistas que acabam por ignorar o que é a realidade do trabalho policial, chegando a inverter os termos de seus sucesso e fracasso. Reduzir a polícia aos resultados pontuais de ações espetaculares ou memoráveis, aos números de pessoas e bens apesados, à convergência com alguma medida de proporção demográfica esvazia a função policial, simplificando-a em cifras progressivamente estéreis. De tais perspectivas, emerge a falsa impressão de que não haveria como aferir o desempenho policial propriamente dito, ou pior ainda, que o que a polícia faz, e como faz, é irrelevante em si mesmo. Seria então impossível formular e, por sua vez, avaliar, qualquer orientação ou política pública (*policy*) sobre a polícia [Cusson 1999 cf. Reiner 1996, Sacco 1996, Diedizic 1998 e Walker 2004].

Nada disso se sustenta diante da literatura de estudos policiais [Bayley 1996, Kelling 1996]. Mas mesmo essa literatura reconhece que medir o que a polícia de fato faz é um dos maiores desafios contemporâneos para a Segurança Pública², e isso basta para colocar a sua relevância³.

Neste ambiente, compreende-se que vicejem modismos, em que um ou outro arranjo parcial, independente de sua aplicabilidade e valor

* Professora do Mestrado em direito da Universidade Candido Mendes. Diretora Científica do Instituto Brasileiro de Combate ao Crime (IBCC). Consultora da Rede de Policiais e Sociedade Civil na América Latina.

** Professor da Coppe/UFRJ, Ordem do Mérito da Defesa, Membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, Londres) e da Associação Internacional de Chefes de Polícia (IACP, Leesburg, Va), Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Combate ao Crime (IBCC).